

PATRIMÔNIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE A PUXADA DO MASTRO DE SÃO SEBASTIÃO EM OLIVENÇA, ILHÉUS-BAHIA

LUIZ FELIPE MENDES OLIVEIRA ¹
LUIZ GONZAGA GODOI TRIGO ²

Recebido em: 08.09.2017

Aprovado em: 31.10.2017

RESUMO: Este estudo apresenta e discute os resultados da vivência em campo realizada em Olivença (Ilhéus-BA), onde se investigou as relações entre o turismo e o patrimônio cultural, enfatizando os processos sociais correspondentes à construção de pertença sobre o patrimônio imaterial. Tendo como foco a celebração da Festa de São Sebastião de Olivença, discute-se a apropriação simbólica do bem cultural pela comunidade a partir de uma perspectiva de desenvolvimento turístico endógeno. O presente estudo insere-se no contexto da disciplina “Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local” vinculada à rede de estudos da Cátedra Cultural, Turismo e Desenvolvimento da UNESCO e oferecida pelos programas de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política e Pós-graduação em Turismo da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com análise bibliográfica, pesquisa de campo e coleta de depoimentos. Analisando a atuação da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), entidade comunitária responsável pela organização da Puxada do Mastro de São Sebastião, o estudo identifica na mesma uma movimentação endógena de apropriação do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Patrimônio cultural; Comunidade Local; São Sebastião; Ilhéus-BA.

¹ Mestrando em Ciências pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Educador patrimonial no Museu da Cidade de São Paulo. E-mail: luizfelipe.bach@gmail.com

² Mestre em Filosofia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991); Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Livre Docente em Lazer e Turismo pela ECA/USP (2003). É professor titular da EACH-USP desde 2011. E-mail: trigo@usp.br



HERITAGE, TOURISM AND DEVELOPMENT: A STUDY ON THE RISE OF SAINT SEBASTIAN IN OLIVENÇA, ILHÉUS-BAHIA

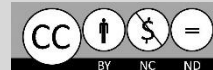
ABSTRACT: This study presents and discusses the results of the field experience held in Olivença (Ilhéus-BA), where the relationship between tourism and cultural heritage was investigated, emphasizing the social processes corresponding to the construction of belonging to intangible heritage. Focusing on the celebration of the Feast of St. Sebastian of Olivença, the symbolic appropriation of the cultural heritage by the community is discussed, from a perspective of endogenous tourism development. The present study is part of the "Heritage, Tourism and Local Development" discipline linked to the UNESCO Cultural, Tourism and Development Chair's study network and offered by the Postgraduate programs in Social Change and Political Participation and Postgraduate Studies in Tourism of the University of São Paulo. This is an exploratory descriptive research with bibliographical analysis, field research and testimony collection. Analyzing the work of the *Associação dos Machadeiros de Olivença* (AMAO), a community entity responsible for organizing the celebration of San Sebastian, the study identifies an endogenous movement of appropriation of the patrimony.

KEY WORDS: Tourism; Cultural heritage; Local Community; San Sebastian; Ilhéus-BA.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio e o turismo são fenômenos distintos, mas quando se cruzam parecem sintetizar-se na noção de desenvolvimento em que o patrimônio se submete à atratividade turística com vistas ao ingresso de benefícios econômicos aos territórios pela visitação aos bens culturais. O discurso sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento local é uma constante no mercado e governos, além de ser reforçada por órgãos legitimadores das políticas do patrimônio em âmbito mundial.

Scótolto e Panosso Netto (2015) apontam que opções para o planejamento de ações e estratégias de desenvolvimento nos aspectos econômico, social e sustentável surgem constantemente em livros e em revistas científicas, principalmente pela apropriação pública do turismo como área estratégica de desenvolvimento local. No entendimento dos autores, “para que haja desenvolvimento



local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade como os fatores socioculturais e geográficos” (SCÓTOLO E PANOSSO NETTO, 2015, p. 47).

Dória, Barroco e Lohman (2010) discutem que a atração de visitantes pode ocorrer de maneira não espontânea, necessitando planejamento da iniciativa pública, privada ou parceria de ambas. Segundo os autores a transformação, puramente mercadológica, das características locais podem gerar descontentamentos internos e não necessariamente trazer os benéficos a população local.

É nesse cenário que o patrimônio e a cultura vem sendo apropriadas por distintas atividades econômicas. Essa apropriação emerge diante dos usos que os povos fazem sobre seus bens simbólicos. García Canclini (1999) defende que há de considerar-se o patrimônio pelos seus usos sociais através de uma visão complexa de como a sociedade se apropria de sua história e incorpora novos setores em solidariedade aos grupos sociais preocupados pela forma em que conquistam sua qualidade de vida.

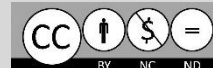
Tendo em vista esses aspectos, desenvolveu-se a pesquisa de campo em Olivença, analisando a celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião, manifestação imaterial da cultura e história do local que carrega em seu bojo distintas noções de identidade, desenvolvimento e pertença refletidos sobre os sentidos da apropriação do patrimônio cultural e do desenvolvimento local pelo turismo que vem ocorrendo.

Através de uma pesquisa de caráter etnográfico, analisa-se a festa em função da sua dinâmica cultural e social pela perspectiva patrimonial, entendendo a vivência da celebração como forma de fortalecimento do reconhecimento étnico da comunidade indígena local e participação social dos grupos diretamente envolvidos na organização. Além disso, apresenta-se a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), entidade comunitária mobilizada com ações sociais na comunidade e responsável pela organização da Puxada do Mastro de São Sebastião de Olivença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Situada no litoral sul do estado baiano, Olivença é conhecida pelas praias, pelo complexo de lazer do Balneário Tororomba onde são canalizadas em piscinas as águas medicinais do rio Tororomba – que já dera ao bairro a característica de Estância Hidromineral – e alguns atrativos como



a história e presença dos índios tupinambás, a Igreja de Nossa Senhora da Escada – remanescente da presença jesuítica na região – e a tradicional Puxada do Mastro de São Sebastião.

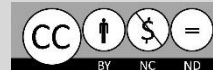
A gestão municipal de Olivença está a cargo de Ilhéus, conhecida não só pelas belezas naturais e o turismo de sol e praia, mas pelos patrimônios e histórias imortalizadas pelo escritor Jorge Amado, nascido na região. As histórias e as características dos anos áureos da economia cacauera são marcantes na região, presentes nos hábitos, costumes e atrativos locais. Ilhéus, em conjunto a mais 7 cidades da região, formam a Costa do Cacau do plano de regionalização do Ministério do Turismo, regiões estas definidas pelo Governo do Estado através da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa).

A história de Ilhéus e Olivença são marcadas por diversos grupos étnicos ao longo de toda a sua extensão territorial. O processo de ocupação e construção do território foi marcado por conflitos e disputas entre os agentes colonizadores e os grupos indígenas, refletidos em todo o patrimônio simbólico da região. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em viagem à região no século XIX, relatou que a Vila Nova de Olivença “é uma cidade de índios, fundada pelos jesuítas há uma centena de anos” (WIED, 1989, p. 335). O contato entre indígenas e colonos deixaram muitos traços e marcas na cultura local.

Dória et al. (2010, p. 8), em uma caracterização mais recente de Olivença, dizem que:

(...) tornou-se a tão sonhada Estância Hidromineral, procurada por inúmeros turistas, principalmente no verão, feriados e finais de semana. Situada a 18 Km da sede, possui uma área de 327.000 m², dotada de um importante espaço de Mata Atlântica, praias e fontes de águas minerais. Além da agricultura de subsistência, do cultivo do coco piaçava, passou a ter como um dos principais alicerces para seu desenvolvimento socioeconômico a atividade turística. É um dos lugares mais privilegiados do sul Baiano, hoje distrito [sic] do Município de Ilhéus e conta com aproximadamente 14.000 habitantes. Seus antigos moradores, descendentes dos índios, preservaram um pouco das tradições dos seus antepassados, entre elas as festas e rituais religiosos.

Além das problemáticas relativas ao desenvolvimento socioeconômico, o território é um campo de conflitos para o reconhecimento e demarcação de terras do grupo indígena Tupinambá. Na década de 1990 houve um movimento de fortalecimento das práticas tradicionais do grupo trazendo à tona a discussão da identidade e cultura do grupo até então tachados como “aculturados” em seus



costumes, hábitos e práticas. Para Marcis (2004) forças dominantes negam a identidade étnica dos descendentes de índios, contudo “os índios, mesmo considerados como “civilizados”, continuaram sendo identificados e se identificando como índios” (MARCIS, 2004, p. 63). O reconhecimento como povo Tupinambá se deu em 2002, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O reconhecimento do território em 2008. Atualmente a mobilização do grupo é pela demarcação das terras.³

Nesse cenário, de persistência de processos sociais excludentes, de lutas pelo desenvolvimento local, busca de políticas públicas eficientes e permanências de costumes e tradições que se destaca a celebração anual da Puxada do Mastro de São Sebastião em que tem como grupo responsável pela sua organização a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO).

2.2 PREMISSAS METODOLÓGICAS

No balanço da pesquisa, dividiu-se a metodologia em quatro macro ações, sendo: revisão teórica das vertentes descritivas da festa e de temáticas pertinentes; entrevistas aos membros da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), responsáveis diretos pela organização do evento; observação participante e sistematizada de toda a programação cultural e análise de fotografias dos objetos e rituais da manifestação.

A vivência etnográfica sobre o objeto de estudo foi construída pela participação como organizador e pesquisador em 2017, atuante como sócio da Associação dos Machadeiros (AMAO) desde 2016. Além disso, acompanhou-se a celebração como visitante mediante visitas e tempos de estada no destino em anos anteriores. Tomou-se, portanto, a perspectiva de caminho etnográfico de “perto e de dentro”, segundo a proposta de etnografia urbana de Magnani (2002).

Foram entrevistados os anciões – pessoas chaves na comunidade, são as de idade mais avançada e com um repertório vasto de conhecimentos sobre a tradição da Puxada do Mastro e história de Olivença –, o cacique atuante da comunidade tupinambá de Olivença e alguns dos membros atuantes

³ Sobre a questão indígena, além dos estudos de Marcis (2004), mais discussões sobre cultura e etnicidade em Olivença podem ser consultadas em Viegas (2007) e Ramos (2008).



na Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). As pessoas entrevistadas foram indicadas por Arivaldo Batista dos Santos e Geovaldo Santana de Oliveira, presidente da Associação e membro da Assembleia Geral dos Machadeiros de Olivença, respectivamente. Ambos foram os mediadores e facilitadores do contato.

Norteou-se por uma noção mais completa da etnografia. Assim, compreende-se que a pesquisa de campo implica, indiretamente, uma experimentação ou alteração do curso dos acontecimentos reconhecida na descrição da cultura e dos costumes relativos à Puxada do Mastro de São Sebastião e turismo em Olivença.

Lévi-Strauss apud Mello (2011, p. 39-40), aponta, a respeito dos três estágios do fazer antropológico, que a:

Etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa: observação, descrição, trabalho de campo; a etnografia engloba também os métodos e as técnicas que se relacionam com o trabalho de campo, com a classificação, descrição e análise dos fenômenos culturais particulares (...). Com relação à etnografia, a etnologia representa um primeiro passo em direção à síntese, em todos os casos, a etnologia compreende a etnografia como seu passo preliminar, e constitui seu prolongamento. (...) Etnografia, etnologia e antropologia não constituem três disciplinas diferentes, ou três concepções diferentes dos mesmos estudos. São de fato três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa, que não poderia nunca ser exclusiva dos dois outros.

Aplicou-se o método de caráter etnográfico pela análise descritiva, levantamento de dados e descrição de todo universo simbólico e cultural entorno da celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença. Entre as técnicas de pesquisa comuns à etnografia foram empregadas neste estudo a entrevista e pesquisa participante.

Clássico nos estudos sobre pesquisa de campo, o Antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942), organiza os “procedimentos metodológicos” da pesquisa de campo em três unidades, sendo elas: posse de objetivos e critérios científicos, boas condições de trabalho e aplicação de métodos de coletas e registro da evidencia. Ressalta-se as condições de trabalho, na qual o autor



considera a vivência com o grupo pesquisado crucial, sendo na atual noção de pesquisa participante fator elementar (MALINOSWKI, 1978, p. 20). Para o antropólogo o:

Trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

O quadro a seguir, relaciona os objetivos e as premissas metodológicas, evidenciando a fundamentação teórica que norteou a prática em campo:

CORRELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA			
<i>Geral</i>	<i>Específicos</i>	<i>Método</i>	<i>Corpo Teórico</i>
Educação patrimonial e turística	Caracterização da Festa.	A. Literatura B. Etnografia C. Leitura de Imagem	<u>Etnografia:</u> (MALINOSWKI, 1978), (LÉVI-STRAUSS, 2008) e (MAGNANI, 2002). <u>Observação participante:</u>
	Análise de seus aspectos sociais e culturais.	A. Literatura B. Etnografia C. Leitura de imagem	(BOTERF, 1999), (BONI E QUARESMA, 2005), (SANTANA, 2009). <u>Entrevistas:</u> (BONI e QUARESMA, 2005).
	Vivência lúdica e fortalecimento do reconhecimento étnico.	A. Etnografia	<u>Leitura de imagem:</u>



	Possibilidades para a educação patrimonial e turística.	A. Etnografia	(JOLY, 1996).
--	---	---------------	---------------

2.3 PATRIMÔNIO E TURISMO

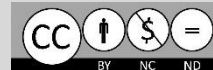
A apropriação dos patrimônios pelo turismo como atrativo é uma constante. Ainda que categorizados pelo viés natural e cultural, ambos evidenciam como a presença humana no meio ambiente e o seu testemunho simbólico na sociedade sempre foram objetos de contemplação e possível encantamento.

González-Varas (2008) explica que os bens que integram o patrimônio cultural existem desde quando o homem passou a deixar testemunhos de sua presença e atividades. Segundo o autor (2008, p. 19) o reconhecimento dos objetos e testemunhos materiais como valorativos da atividade humana, é um fenômeno recente.

Os patrimônios são legitimados mundialmente pelo órgão das Nações Unidas (ONU), a Unesco. A entidade defende uma aproximação entre a cultura e o turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável. A UNESCO se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, tomados por valores de “bem comum”, “patrimônio comum da humanidade” e “patrimônio cultural da humanidade”, os dois últimos diferenciados pela não afirmação da soberania no caso do bem comum e afirmação de soberania diante dos Estados-parte do patrimônio cultural.

Os instrumentos jurídicos de âmbito internacional são (a) as convenções, ou seja, tratados multilaterais e fonte formal de direito internacional entre os membros e (b) as recomendações, instrumentos de cooperação cultural que influenciam as legislações e práticas dos estados-parte por meio de uma linha de conduta internacional. O maior tratado do patrimônio é a Convenção de 1972. A convenção que rege o patrimônio imaterial é de 2003, revelando como a incorporação da discussão dessa área é recente e pouco resolutiva no que se refere aos instrumentos legais de salvaguarda e reconhecimento territorial dos grupos detentores das práticas e saberes.

No Brasil, a legislação sobre patrimônio cultural vem dos anos de 1930, em uma proposição que teve como referência primeira o patrimônio edificado. Essa consideração do patrimônio



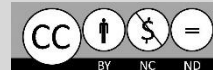
surge no momento de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão destinado ao cuidado do patrimônio, tendo como figura central o modernista Mário de Andrade na proposição da legislação. Segundo Oliven (2002, p. 78) “Mário de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei em que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena”, mas a política de patrimônio do governo Vargas optou pelas formas de “pedra e cal”. Ficou, então, estabelecida uma definição que colocava basicamente a materialidade da produção humana em destaque. Referindo-se à organização da primitiva Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), Lemos (1981, p. 42-43) aponta que “(...) se define oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”.

Essa definição estabelecida já não podia, àquela época, abarcar as demandas sociais para o conjunto plural do patrimônio brasileiro. Em 1988, a Constituição Brasileira em seu artigo 216, amplia a definição de patrimônio cultural, acrescentando aspectos imateriais e formas de expressão ao conjunto representativo das referências culturais.

O histórico da salvaguarda e dos olhares sobre o patrimônio no ocidente esteve associado ao material, corpóreo e monumental. Acompanhando o histórico de ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006), verificou-se que a incorporação de aspectos imateriais à noção de patrimônio cultural surge das discussões sobre a cultural tradicional e popular nas Convenções da Unesco, a partir da década de 1970, por uma reação à definição do patrimônio em termos estritamente materiais dos países do terceiro mundo e pela experiência de salvaguarda da cultura tradicional já expressiva no Japão.

O sentido atribuído aos bens imateriais não é simples e sua proteção tampouco pacífica, tornando-se mais delicada quando tratada pela perspectiva da apropriação turística. Costa (2009) ao tratar da relação do turismo com o patrimônio cultural, levanta a discussão sobre a definição do turismo cultural e sobre a comunicação interpretativa dos patrimônios como prática para o turismo. Além dos conceitos, apresenta o patrimônio como objeto do turismo cultural e defende como objetivo dessa prática a educação do turista e a conservação patrimonial.

Nesse contexto que o turismo, através da vivência e interação com os patrimônios culturais, tem sido usado como estratégia de desenvolvimento. Acosta (2011) refletindo sobre patrimônio cultural



e desenvolvimento local, identifica que o patrimônio havia, até então, sido construído desde uma ótica política incorporada nos discursos nacionalistas e de uma ótica ideológica das ciências sociais, mas passara, nos últimos anos, a incorporar-se também em discursos de natureza econômica, considerando-o um meio de desenvolvimento de pequenos territórios. O autor defende a ideia de que o patrimônio cultural,

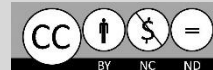
(...) convertido en objeto de consumo, puede constituir una fuente de ingresos para mejorar la posición económica de un territorio a través de estrategias de atracción turística, pero que también es un elemento a tener en cuenta en el diseño de estrategias de desarrollo integral en pequeños territorios, con la única condición de que sea definido, construido y reconocido por la sociedad misma y no por extraños (...) (ACOSTA, 2011, p. 111).

Percebe-se, no discurso do autor, o cuidado em observar que a conversão do patrimônio em atração turística pode, de alguma forma, promover o desenvolvimento local, contudo ressalta que a apropriação da referência cultural pelos seus detentores é a condição para um desenvolvimento socioeconômico harmonioso com a exploração mercadológica, reduzindo os impactos e as externalidades negativas que recaem aos membros das comunidades.

Scótolo e Panosso Netto (2015) discutem sobre as contribuições do turismo para o desenvolvimento local e defendem que o turismo pode vir a contribuir positivamente para a qualidade de vida e bem-estar social dos lugares desde que planejado e executado partindo das expectativas e capacidade dos sujeitos que os habitam. Referem-se ao conceito de desenvolvimento endógeno de localidades turísticas pelo pressuposto do envolvimento da comunidade anfitriã no planejamento.

Gonçalves (2007) levanta a questão de como cada grupo controla no presente o seu patrimônio com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. E aponta que a

(...) construção de memórias e identidades coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso. Poderá de vários modos não se realizar. Empreendimentos da indústria turística dependem do sucesso dessas iniciativas. Aí reside os limites sensíveis e instáveis do trabalho social e político de construção de patrimônios culturais e também de suas incontornáveis e ambíguas relações com o mercado. (GONÇALVES, 2007, p. 247).



Considera-se, portanto, que a gestão dos destinos turísticos tem particular importância quando ligada ao patrimônio de um povo. São nesses lugares que a gestão da sustentabilidade e dos impactos relativos à prática do turismo estão iminentemente inseridos em um sistema sensivelmente complexo diante das diversidades, singularidades, valores e noções sobre o patrimônio em presença.

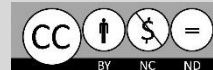
Os desafios emergentes para a promoção de desenvolvimento mediante as estratégias que transformem o patrimônio em recurso para o turismo, concorrentes a atratividade turística dos destinos, impõem-se sob conflitos e diálogos entre a salvaguarda, participação de diferentes grupos e agentes envolvidos pelo patrimônio, mobilização e capacitação dos locais, integração entre os setores público, privado e terceiro setor, comunicação interpretativa dos patrimônios e modos criativos de formatação e valorização da experiência com o turismo.

2.4 A PUXADA DO MASTRO DE SÃO SEBASTIÃO

A puxada do mastro é um patrimônio cultural da permanência indígena em Olivença. O emprego de patrimônio aqui alude aos sentidos sociais de pertencimento e não exclusivamente ao patrimônio institucionalizado e regulamentado por órgãos oficiais.

Um das primeiras menções à festa em Olivença, hoje bairro do município de Ilhéus, é datada do século XIX, pelo relato dos viajantes europeus: o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuried (1815) e os austríacos Von Spix e Von Martius (1818). Dias (2007) levanta a discussão sobre a origem da festa. Para o autor, não existem menções da celebração antes dos relatos dos viajantes e, em consulta aos relatórios sobre as irmandades e festejos nos aldeamentos do período colonial, observa que não há inferências sobre a Puxada do Mastro. Coloca-se em xeque o que se tornou aceito sobre a origem do ritual enquanto uma transformação pelos jesuítas de um ritual indígena, a corrida de toras, em um ritual consagrado a São Sebastião. O autor, propõe, então, que a festa surgiria por meio da ritualização de umas das atividades econômicas da comarca de Ilhéus no século XVIII: o transporte de madeira até o porto de embarque por via dos “arrastos” ou “puxadas”. Segundo Dias (2007):

O mais provável é que esta festa ritual tenha se originado na segunda metade do século XVIII, quando se intensificam as atividades de corte de madeira na vila, com largo emprego da população indígena, pois as primeiras referências testemunhais só aparecem no início do século XIX (Spix e von Martius, e Maximiliano de Wied-Neuried, op. cit.). (DIAS, 2007, p. 227).

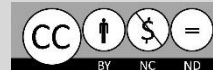


Independente do consenso ou da precisão temporal sobre a origem da festa, o que se percebe é que há permanências simbólicas seculares dos rituais e significados dos mesmos na comunidade. Importando-se menos aspectos quanto a sua origem e situação temporal numa historiografia tradicional e documentalista, mas a identidade, reconhecimento e o papel da memória coletiva da comunidade entorno do amparo simbólico-ancestral que a celebração proporciona.

Atualmente os ritos que permeiam a celebração se iniciam na escolha da árvore que será cortada, perpassam as manifestações culturais da cultura popular e culminam, ao segundo domingo do mês de janeiro, no corte e cortejo do mastro até a praça de Olivença. São cortadas duas árvores: a de grande porte, puxada pelos adultos; e uma menor, chamada de mastaréu, levada pelas crianças. Durante o cortejo, destaca-se os ritmos e as canções do grupo de zabumbeiros.

No dia de comemoração à São Sebastião, 20 de janeiro, o mastro é erguido na praça – juntamente com a bandeira do santo –, em frente à Igreja Nossa Senhora da Escada, construção remanescente do aldeamento jesuítico na região. Couto (2001) identifica dois polos da morfologia do ciclo festivo em Olivença: a floresta e a fogueira. De fato, entre a preparação da festa e o encerramento do rito sagrado, com a queima do mastro no mês das festas juninas, existe um conjunto de manifestações que envolvem a comunidade entorno da “Hierofania” (manifestação do sagrado) (ELIADE, 1993) sintetizada no Mastro de São Sebastião. É no aspecto mítico, em que se fixam os modelos exemplados de “todos os ritos e ações humanas significativas” (ELIADE, 1993, p. 334). Contudo, tem-se observado que nos últimos tempos a queima tem sido menos frequente e o hasteamento do mastro vem, tornando-se, o símbolo de encerramento do ciclo sagrado.

O rito da puxada é realizado como busca de proteção contra a peste, a fome e a guerra rogada à São Sebastião. Em Olivença, escuta-se o relato de que no século XVI houve uma epidemia de varíola devastadora na aldeia e, assim, firmara-se o compromisso de retirar uma árvore, replantar novas, e arrastar o mastro pela praia em louvor e pedido de proteção ao santo. Essa simbologia se reforça no canto tradicional, ainda presente na puxada, o “Ajuê Dan Dão” que, segundo os locais, significaria na língua indígena algo como “ajuda-me” ou “venha ajudar todos em união a puxar o mastro”.



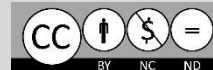
Segundo Couto (2001) acreditavam que se a Puxada do Mastro não fosse realizada e se o mastro antigo e desgastado não fosse substituído, um grande mal se abateria sobre Olivença. Para a autora “festejar o santo anualmente era, portanto, uma garantia de renovação dos cosmos” (COUTO, 2001, p .70).

As narrativas sobre o patrimônio são determinantes para a análise do evento. No caso da manifestação cultural, é imprescindível a reflexão sobre as noções de patrimônio que os diferentes grupos sociais da comunidade tenham sobre a Puxada do Mastro em Olivença. Gonçalves (2015, p. 213) aponta que “a partir dos anos 1980, o tema [patrimônio] invadiu a agenda de diversos movimentos sociais” e, difundido pela sociedade civil, o patrimônio vem sendo “reinterpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política”.

A colocação do autor explica, em última instância, porque alguns dos estudos que se referem à Festa de São Sebastião em Olivença discutem sobre a presença e resgate dos indígenas Tupinambás na região, como se observa em Couto (2001) Ramos (2008), Sanchez Filho e Mesquita Filho (2009) e Costa (2013). Da mesma maneira, o movimento indígena Tupinambá no destino vem se apropriando, cada vez mais, do festejo como forma de empoderamento identitário, político e territorial.

O que se percebe diante das descrições realizadas e observação da celebração em Olivença, é que a noção de patrimônio em relação a Puxada do Mastro de São Sebastião se amplia a distintos grupos sociais, envolvendo, portanto, a comunidade Tupinambá, os moradores do distrito que não necessariamente se declaram ou participam diretamente do movimento indígena, a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), a igreja católica, os visitantes e a prefeitura de Ilhéus. A noção de identidade não se encerra à um grupo específico, tampouco expressa uma unidade, pelo contrário ela é particular e plural, diluída e fragmentária, superficial e profunda. Seguindo a discussão de Gonçalves (2015, p. 213) “o debate sobre os patrimônios não deve, portanto, do ponto de vista analítico, limitar-se as tarefas de descobrir, defender e preservar “identidades” supostamente dadas”.

Pensar em identidades no patrimônio brasileiro implica na compreensão dos discursos sobre patrimônio, que além da identidade está submerso na categoria de discussão da perda ou iminência da perda e destruição. Gonçalves (2015) analisando as discussões de patrimônio no ocidente e mais especificamente no Brasil, discute que o “patrimônio é percebido a partir de uma condição de



possível “perda” (2015, p. 216) e afirma que nesses discursos o patrimônio aparece como um dado individualizado, sob a condição de perda da sua forma original ou de sua “autenticidade”.

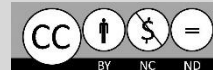
A perda e a condição de ‘autenticidade’ que incidem sobre a celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião, estão concentradas na identificação de transformações nos aspectos do sagrado ao profano. A impressão sobre transformações da festa em Olivença, recai, unanime, no discurso reproduzido popular e academicamente sobre a dessacralização e institucionalização da festa popular. Nesse sentido, se destacam os estudos de Sanchez Filho e Mesquita Filho (2009) e Costa (2013).

Canton (2002) aponta que com a revolução industrial e pós-industrial, as festas perderam muito da sua ligação com a religião, mantendo as feições de lazer. Couto (2001) já estudara as principais transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença, identificando como principal fator de mudança o caráter de sociabilidade que é tomado os festejos no destino.

Segundo Couto (2001, p. 204) ocorreram mudanças “na devoção, na forma de se fazer e pagar promessas, hoje muito mais voltada para o compromisso em participar dos festejos do que com a realização de novenas e oferecimento de ex-votos”. No entanto, a autora, referindo-se às lascas de madeira que são arrancadas do mastro, pontua, que ainda se “permanece a crença de que pedaços de madeira, guardados como amuletos, podem curar doenças e atrair sorte”.

Alguns pontos identificadores dos aspectos levantados no estudo são percebidos em práticas da Puxada do Mastro. O rito de puxar um mastro e o mastaréu, o último dedicado as crianças, demonstram a máxima do patrimônio imaterial quando a noção de generatividade, preocupação com o impacto nas futuras gerações, toma forma nos saberes, práticas e costumes iminentes à celebração em Olivença. O simbolismo das lascas arrancadas dos mastros, por sua vez, são permanências históricas da sacralidade que envolve a festa.

Há também relatado no depoimento de membros da comunidade as transformações no rito de benzer a corda com o mastro, o qual era feito na chegada do mastro na igreja em uma missa que finalizava o ato da Puxada; em virtude dos problemas que decorriam do excesso de pessoas, euforia e embriaguez dos participantes, a missa foi transferida para a manhã, conhecida como missa da alvorada. A presença de visitantes no percurso pelas ruas e praias influenciou o aumento do tamanho da corda



que é usada para o empuxo do mastro, em virtude do desejo das pessoas em tocar a corda e juntarem-se à multidão que leva o mastro até a praça.

Diante do exposto sobre a manifestação, entre transformações e permanências do sagrado ao profano, identidades e autenticidades múltiplas, representações e lutas políticas, lembranças e esquecimentos da memória local, percebe-se que a questão visceral que permeia a gestão dessa referência cultural viria a pautar-se na concepção do próprio órgão do patrimônio (IPHAN, 2006, p. 9) em que diz que “a construção do patrimônio cultural deve estar baseada em processo que inclua e considere a dinâmica de atribuição de valor e significado”. É no meio desse emaranhado de valores e significados dos grupos sociais voltados à celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião em que atua a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO).

2.5 A ASSOCIAÇÃO DOS MACHADEIROS DE OLIVENÇA

A compreensão do papel da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO) na gestão da festa e no próprio destino está intimamente ligada a um contexto de definição, propostas e atuação do terceiro setor na sociedade. Nesse sentido, e mais especificamente no fenômeno turístico, as organizações comunitárias, emergem em resposta as ineficácias, impotências ou negligenciamentos que decorram da gestão pública ou iniciativa privada para com grupos minoritários.

Segundo Canton (2002) as Organizações Não-Governamentais se desenvolveram nas décadas de 1960 e 1970, representando de início uma forma de ação política diante dos regimes autoritários. Hoje, esse tipo de organização, tem um papel fundamental no favorecimento e participação de grupos marginalizados e identificação com setores populares e comunitário, com base social.

O contexto e cenário de atuação da Associação em Olivença, entrelaça-se com a administração do destino no âmbito turístico e social. Oliveira (2005) identifica uma ascensão e decadência do turismo em Olivença e aponta a administração da Estância Hidromineral – nome atribuído pelas propriedades medicinais das águas do Tororomba –, sob responsabilidade administrativa do Governo do Estado da Bahia, na década de 70, como principal fator de divulgação



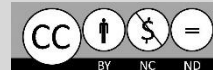
das singularidades local e atração de turistas. Esse processo também é mencionado na fala dos moradores que acompanharam a mudança de gestão da capital baiana para o município de Ilhéus.

Para Oliveira (2005, p. 15) “o desenvolvimento da atividade turística em Olivença trouxe, naquele período, relevante contribuição econômica para a sobrevivência da comunidade”, porém, o autor identifica que as ações que decorreram da mudança de gestão aconteciam distantes de uma perspectiva de planejamento sustentável, caracterizando a decadência do turismo e impondo novas dificuldades de sobrevivência à comunidade.

Em Olivença foram identificadas as seguintes associações comunitárias, com suas respectivas representatividades sociais: Associação dos Moradores de Olivença (AMO), Associação dos Surfistas de Olivença (Escolinha Charles Chaves de Surf), Associação Indígena e, analisada nesse artigo, a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). Indagados, alguns moradores apontaram que nas redondezas haviam outras Associações, principalmente na região de Sapucaieira, área rural de Ilhéus. As mesmas não foram investigadas por não fazerem parte da área delimitada neste estudo. Observou-se também que havia a possibilidade de surgir outra associação como desmembramento do grupo que organiza a atividade de esporte e lazer chamada “jogos indígenas”, porém não havia nada oficializado.

Além das associações mencionadas, Olivença sedia duas ONG's: a Thydewá e o Instituto Marola. A primeira, centrada no tema indígena e aliada ao empoderamento da identidade Tupinambá em Olivença, desde 2001, com formalização em 2002, realiza campanhas de conscientização, sensibilização e promoção da cultura da paz valendo-se da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais indígenas como forma de promoção de uma consciência socioambiental. O histórico, projetos e download dos materiais estão disponíveis no website da Thydewá. A segunda, centrada no tema ambiental, pauta-se na promoção dos direitos humanos, cidadania, paz, democracia, bem-estar e preservação do meio ambiente, dentre as suas ações destaca-se as oficinas de surf e mutirões de limpeza e preservação do meio ambiente. O website do Instituto está em construção.

Percebe-se que a existência de associações no destino é relevante e necessária para o desenvolvimento de ações em benefício dos heterogêneos grupos sociais presentes no território, com vistas ao desenvolvimento de identidade política e promoção de qualidade de vida aos moradores.



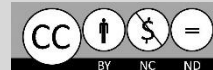
Em consulta aos documentos internos da Associação, encontrou-se o material chamado de “Acervo Cultural dos Machadeiros”⁴. Datado do período final de 2014 a 2015, continha a seguinte apresentação institucional, redigida literalmente como consta no documento original:

Na semana anterior á Puxada do Mastro, alguns índios e descendentes dirigem-se a mata do Ipanema para escolher a árvore que será transformada no Mastro de São Sebastião. Portanto, são chamados de machadeiros; por esta razão, esta entidade recebeu o título de: Associação dos Machadeiros de Olivença – AMAO. Uma entidade civil de direitos públicos sem fins lucrativos, devidamente registrada nos órgãos competentes, com duração indeterminada e foro na Comarca de Ilhéus, Estado da Bahia, foi legalizada em 12 de fevereiro de 2007 está inscrita no CNPJ de nº 08.687.601/0001-26, reconhece Utilidade Pública Municipal sob a Lei nº 3.334 de maio de 2008, de caráter educativo, cultural, social, esportivo e ambiental, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores da Comunidade, respeitando os valores éticos e sociais da família e não discriminação de raça, religião, sexo, preferência sexual e convicção político-ideológico partidário. Tem como órgão deliberativos: Assembleia Geral – Conselho Fiscal – Diretoria Executiva.

Costa (2013), ao estudar a permanência histórica dos Tupinambás em Olivença, faz menção a esse grupo de machadeiros como “Grupo de Resgate da Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião” (p. 111). Segundo o autor, o “grupo surgiu ao longo da década de 1990 desencadeando a constituição de uma associação: A Associação dos Machadeiros de Olivença – AMO [antigo nome fantasia substituído por AMAO]. Esta entidade possui como finalidade auxiliar a estruturação da programação dos festejos” (COSTA, 2013, p.111).

Tradicionalmente o grupo dos machadeiros sempre esteve composto por homens mais velhos e alguns jovens, responsáveis pela escolha da árvore, derrubada e levantamento do mastro. São os mais velhos os mediadores da tradição de todo o processo ritualístico da Puxada do Mastro de São Sebastião para os mais jovens. Esse processo de continuidade e transmissão geracional pela prática,

⁴ Projeto elaborado pela AMAO para ser executado no ano de 2014 e nos anos seguintes na festa da Puxada do Mastro. O projeto busca preservar traços da cultura local, relativos à celebração, por meio da preservação de objetos, figurinos e materiais usados na programação da celebração.



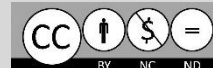
contato e oralidade é traço marcante dos patrimônios imateriais. Durante as entrevistas em janeiro de 2017, Cinara Mendes de Andrade, secretária na AMAO declarou: “Tem o mastro grande e tem o mastro das crianças, que já é uma maneira de educar eles para futuramente eles assumirem a festa, porque daqui um dia a gente para”.

Dentre as ações da AMAO, no que concerne a gestão da celebração em Olivença, destaca-se: o contato com a prefeitura para a realização dos shows musicais que ocorrem na praça Cláudio Magalhaes nos três dias de evento e busca de recursos financeiros e materiais para o projeto; a organização do desfile do Terno das Camponesas e do desfile dos Mascarados⁵; o oferecimento da feijoada aos machadeiros no domingo da Puxada do Mastro; mobilização dos machadeiros e da organização para o cortejo do mastro da mata até a praça de Olivença; o replantio de mudas e conscientização sobre o patrimônio ambiental do entorno; controle e recolhimento dos alugueis das barracas de produtos montadas na praça e comercializados durante a festividade; e, estabelecimento de algumas parcerias, como patrocínios e apoios para o evento. Para além do evento, a associação também tem atuado na busca de editais na área cultural, em realização de projetos sociais, oficinas de conscientização ambiental e cultural e, atualmente, no gerenciamento do recente Ponto de Cultura dos Machadeiros⁶.

O que se percebe diante ações, projetos e planos da associação na comunidade é que a mesma, indiretamente, atua em resposta a insuficiência das políticas públicas em Olivença, tornando-se um meio de obtenção de voz e estratégia para diálogo com o meio público com vistas a obtenção de

⁵ O Terno das Camponesas e desfile dos Mascarados fazem parte da programação cultural da AMAO para a celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença, nos dias que antecede o cortejo do mastro.

⁶ O Ponto de Cultura dos Machadeiros de Olivença foi inaugurado em outubro de 2016. Os Pontos de Cultura fazem parte do Plano Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, são certificados e reconhecidos por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo, portanto, grupos, coletivos e entidades que desenvolvem atividades culturais nas comunidades podendo receber apoio financeiro através de editais além de parcerias e apoios que alcancem na gestão comunitária. É um dos espaços identificados como potencial para o desenvolvimento de ações que diversifiquem a interpretação patrimonial sobre a Puxada do Mastro com a comunidade e com os visitantes.



recursos para as mobilizações que se propõe enquanto entidade comunitária responsável pela organização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial local.

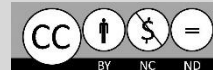
A contribuição efetiva e as possibilidades identificadas para o desenvolvimento do turismo em Olivença por meio da Associação estão na gestão do atrativo e mobilização da comunidade para temáticas interdisciplinares, funcionando como veículo da educação não-formal e possível veículo da educação turística e patrimonial. Destaca-se, nesse sentido, dentro da documentação da entidade, a presente (auto) definição da Associação dos Machadeiros:

(...) é uma entidade que se preocupa com o desenvolvimento econômico, político e social do seu território, sendo um transformador do meio em que vive de forma sensata respeitando valores éticos e sociais desenvolvendo atividades sustentáveis correlatas e que apresentem vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

Assim, acompanhado a organização e o dia a dia dos membros da AMAO durante a organização da celebração, verificou-se a existência de movimentações endógenas que se articulam numa perspectiva de empoderamento sobre o turismo trazendo e envolvendo da comunidade para com seu patrimônio e anseios com o turismo no local. Essa mobilização se faz presente nos projetos e ações que vem desenvolvendo os últimos anos, como a criação do conselho de turismo comunitário, concretizado pelo desmembramento do workshop de empreendedorismo voltado ao turismo local promovido no Ponto de Cultura da Associação. A AMAO dinamiza as atrações do destino difundindo o patrimônio cultural local, gerindo um Ponto de Cultura na comunidade e organizando o grupo de Turismo de Base Comunitária da Estância Hidromineral de Olivença.

3 CONSIDERAÇÕES

A análise da festa e das noções de identidade (s) – conceito tomado numa perspectiva pluralizada –, permite identificar que as relações e construções simbólicas sobre a celebração a constituem tradição para além de uma questão temporal, mas numa ideia de prática de sentido e significado por meio de uma organização comunitária complexa. Os depoimentos de moradores



traziam preocupações com a continuidade da festa, recaídas em discussões sobre a transmissão e vivência da celebração entre as gerações. No mesmo sentido, a expressão de identidade se reforçava no aspecto de amparo ancestral, ou seja, na consideração da festa enquanto tradição familiar. A noção de identidade comunitária apresentada nos depoimentos se materializava na adesão dos moradores à celebração, tema, por vezes, controverso quando se via a dificuldade em obter participantes para as celebrações culturais, como o Terno das Camponesas e Desfile dos Mascarados. O conceito de identidade, também, situa-se entre expectativas distintas sobre a festa, cada geração congrega diferentes, mas não excludentes, sentidos de identificação: os mais velhos voltados aos instantes religiosos da celebração e os mais novos inclinados ao caráter de sociabilidade.

A festa permite discussões mais amplas sobre a concepção de patrimônio, aproximando-se de um cenário de apropriação endógena da referência cultural: gerida pelos grupos locais e definida, antes, segundo os valores do próprio grupo. Nesse sentido, organizações comunitárias, em respostas às ausências ou ineficiências de políticas públicas, ou ainda exclusões de grupos sociais pela iniciativa privada, contribuem na mobilização de comunidades para gestão interna dos seus interesses para com o patrimônio cultural, natural, educação, turismo e demais aspectos latentes de seus respectivos territórios. A Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO) se apresentou, portanto, como uma estratégia efetiva de atuação da comunidade para com o seu patrimônio e políticas endógenas de lazer. A existência, os objetivos e as ações realizadas pela AMAO revelam uma superação da dicotomia entre o setor público e privado no turismo, na medida em que enseja a comunidade na organização e realização da Puxada do Mastro de São Sebastião.

A participação das comunidades no desenvolvimento de seus territórios se viabilizam por meio do terceiro setor, onde organizações promovem espaços de participação e possibilidade de novos modos de se refletir sobre os sentidos da apropriação do patrimônio e do turismo. O turismo que parte de uma perspectiva endógena, ou seja, a partir dos problemas e anseios da comunidade e geridos por seus grupos de indivíduos, contribui para o fortalecimento do sentido de identidade e salvaguarda de seus bens simbólicos em uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia não somente os aspectos econômicos, mas os de ordem social.

Em um cenário de certa incapacidade e insuficiência do papel do Estado para as políticas públicas as mobilizações sociais emergem, em resposta, como uma maneira de suprir a assistência



necessária para a qualidade de vida e desenvolvimento social das comunidades. Esse tipo de organização têm sido um caminho com significativas prospecções para a promoção de identidade, empoderamento e valorização de elementos e da cultura local refletindo numa possibilidade de política participativa e endógena para o desenvolvimento do turismo, como vem pouco a pouco acontecendo em Olivença através do grupo que organiza a celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião.

No cerne de permanências e transformações entre o sagrado e profano, religiosidade e sociabilidade, representação comunitária e luta política, a investigação dessa referência cultural vem ampliando as discussões sobre convergências e controvérsias entre o turismo e o patrimônio cultural.

4.REFERÊNCIAS

ACOSTA, E. Z. Sobre patrimonio y desarrollo. Aproximación al concepto de patrimonio cultural y su utilización en procesos de desarrollo territorial. **PASOS**. Revista de turismo y patrimonio cultural. Vol. 9 Nº 1 págs. 101-113, 2011.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOTERF, G. L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: Brandão, C. R (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

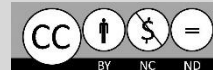
CANTON, A. M. **Eventos**: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Editora Roca, 2002.

COSTA, E. F. de J. Da Corrida de Terra ao Poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no sul da Bahia. (**Dissertação de Mestrado**) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2013.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

COUTO, E. S. **A Puxada do Mastro: Transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA)**. Ilhéus: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001.

DIAS, M. H.; CARRARA, Ã. A. (orgs.). **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.



DÓRIA, M. A. A., BARROCO, H. E., LOHMANN, G. **História, cultura e turismo em Olivença – Ilhéus, Bahia**. Evento: Responsabilidade e Inovação: Produtos turísticos complementares a Destinos Sede de Grandes Eventos, Foz do Iguaçu, 2010.

ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins fontes, 1993.

GARCÍA CANCLINI, N. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: AGULIAR CRIADO, E., **Patrimonio Etnológico**. Nuevas Perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. 1999. Pp: 16-33.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GONÇALVES, J. R. S. Os limites do patrimônio. In: Beltrão, J. F; Eckert, C.; Filho, M. F. L (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GONZÁLEZ-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas**. 6ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

JOHAM B. von Spix; KARL F P. von Martius. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, v. 2;

JOLY, M. A análise da imagem: desafios e métodos. In: JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LEMOS, C. A.C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 2.ed. Ver. Ampl. São Paulo: Aleph, 2012.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, n. 49, São Paulo, 2002.



MALINOWSKI, B. K. Introdução: tema, método e objeto desta pesquisa. In: MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCIS, T. A “hecatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica – 1904. (**Dissertação de Mestrado**) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2004.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1940.

MELLO, L. G. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, A. P. de. Representações sociais sobre elementos naturais e culturais como subsídios ao planejamento turístico sustentável em Olivença, Ilhéus-Bahia. Junho de 2005. (**Dissertação de Mestrado**) – Universidade Estadual Santa Cruz (UESC). Ilhéus-Bahia, 2005.

OLIVEN, R.G. Patrimônio Intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R. CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

RAMOS, K. V. A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade tupinambá em Olivença (Ilhéus – BA). (**Dissertação de Mestrado**) – Universidade Estadual Santa Cruz (UESC). Ilhéus-Bahia, 2005.

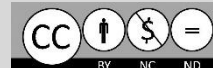
RAMOS, K. V. Indianidade e turismo: trocas interculturais em Olivença (Ilhéus-BA). **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN, setembro de 2008.

SANCHEZ FILHO, S. E. M; MESQUITA FILHO, O. P. de. Puxada do Mastro de São Sebastião: institucionalização de uma festa popular. Faculdade de Comunicação, UFBA, **V Enecult** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, BA, maio de 2009.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. Tradução Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, A. S dos. **Acervo Cultural dos Machadeiros**. Documentação interna da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), Olivença, Ilhéus-BA, 2014.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR**, ANO 9 - Nº 01 - FEV (2015).



SILVA, F.F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis; Edusp, 2003.

VIEGAS, S.M. **Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.